

# Tereza Cristina assume a vice-presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária

Mato Grosso do Sul e Mato Grosso assumiram nesta terça-feira (14) o comando de uma das mais importantes frentes de apoio ao agronegócio na Câmara Federal. A líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), foi empossada, em evento que contou com a presença do presidente da República, Michel Temer, como vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que passa a ser presidida pelo deputado federal de Mato Grosso, Nilson Leitão (PSDB). A Frente reúne mais de 200 deputados e dezenas de senadores ligados ao agronegócio brasileiro. São parlamentares comprometidos com a produção agrícola que atuam na elaboração de leis e na busca de soluções para os problemas que travam o crescimento do setor no País.

Tereza Cristina, ao ser eleita, agradeceu a confiança dos colegas e destacou que “sabe da responsabilidade dessa Frente perante ao agronegócio brasileiro. Sei que teremos muitos embates na Câmara, mas como gosto de um bom combate, estaremos atentos aos interesses do setor que mais cresce e que já começa a ser atingido pela crise que afeta no País”.

Para a parlamentar, a atuação na Frente da Agropecuária representa um avanço especialmente para o Mato Grosso do Sul, onde o agronegócio é a base da economia, principalmente no interior. Essa é a primeira vez que uma parlamentar daquele Estado vai integrar a diretoria da Frente. O mandato da FPA vai até 2018 e, pela tradição



A Frente tem como objetivo estimular a ampliação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio

da Frente, Tereza Cristina deverá ser a próxima parlamentar a presidir a FPA.

**REPERCUSSÃO** — Várias entidades ligadas ao setor do agronegócio comentaram a importância da deputada assumir a vice-presidência da Frente da Agropecuária na Câmara. Roberto Hollanda, presidente da Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul/MS) disse que a presença da deputada na vice-presidência da FPA é fundamental. “Ela é uma pessoa com grande conhecimento sobre a agropecuária e que tem condições de contribuir sobremaneira para o desenvolvimento das ações parlamentares da Frente. Tereza conhece as necessidades do setor, está atenta às demandas do campo e sabe dar o encaminhamento apropriado a essas demandas para que o agronegócio consiga avançar de maneira sustentável, contribuindo para o crescimento do Brasil.”

Quem também reconhece a importância do desafio é Christiano Bortolotto, presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja/MS). “O Mato Grosso do Sul passou, em poucos anos, de um papel irrelevante para o quarto maior Estado brasileiro na moagem de cana-de-açúcar, um crescimento vigoroso que ajudou e ajuda a mudar a economia de nosso Estado. A deputada tem papel importante nessa trajetória. Como Secretária Estadual de Produção, foi firme apoiadora desse progresso. Na Câmara Federal, em pouquíssimo tempo, Tereza Cristina se destacou. A capacidade de articulação, preparo técnico e uma disposição incansável para o trabalho, colocam a nossa deputada numa posição de destaque, um orgulho para o Mato Grosso do Sul. É, portanto com muita alegria que a vemos assumir a vice-presidência da FPA.”

■ Assessoria da Deputada Tereza Cristina

## Política

Lideranças socialistas são recebidas pelo presidente Michel Temer

2

## Discurso

Tadeu Alencar destaca que momento atual do País exige medidas urgentes

3

## Comissões

Câmara começa a discutir as reformas Trabalhista e da Previdência Social

4

Política

## Deputada Tereza Cristina discute pauta de reformas com presidente Temer

Divulgação



Ao lado de lideranças socialistas, Tereza reiterou o compromisso em discutir as reformas

As principais lideranças do Partido Socialista Brasileiro (PSB) foram recebidas na última quarta-feira (8) pelo presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto, para debater as reformas propostas do Governo e reforçar o apoio às mudanças em curso no País.

De acordo com a líder do PSB na Câmara dos Deputados, Tereza Cristina (MS), o encontro foi positivo. “O Partido está à disposição do presidente para discutir temas importantes, de forma responsável e dentro do atual programa do PSB, nesta Casa e no Senado Federal”, afirmou.

Entre as reformas em destaque, o grupo ressaltou a importância das principais mudanças na Previdência Social, no sistema fiscal e nas regras trabalhistas. “Na audiência, o presidente

demonstrou seu contentamento com a área econômica, que começa a voltar para os trilhos. Ele quer ser o presidente das grandes reformas que o País precisa”.

Temer falou que o seu Governo já apresentou pequenos avanços e que está conseguindo ajudar na desoneração dos governos estaduais e municipais, que estão em situação complicada, pela crise que o País tem neste momento, lembrou.

Participaram do encontro o presidente do Partido, Carlos Siqueira; os governadores Rodrigo Rolemborg (DF) e Paulo Câmara (PE); o vice-governador de São Paulo, Márcio França, além do senador Fernando Bezerra Coelho (PE), líder do PSB no Senado Federal.

■ Assessoria da Deputada Tereza Cristina

## Curtas



As dificuldades enfrentadas pelos conselheiros tutelares em seu trabalho foram lembradas pelo deputado **Severino Ninho (PE)**, em pronunciamento realizado na última quarta-feira (8) na Câmara. “Temos ciência de que no Brasil todos os conselhos tutelares enfrentam sérias dificuldades”, ressaltou. O parlamentar apelou ao presidente da Casa, Rodrigo Maia, para que os projetos que tratam dos conselhos tutelares tenham atenção maior por parte do Plenário. “Eles trabalham com crianças que se envolveram com drogas, e necessitam, muitas vezes, lidar com traficantes. Sua atividade envolve grande risco, e muitas vezes não recebe o devido reconhecimento”, concluiu.



As comissões de Educação, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania analisarão, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei nº 5.802/16, do deputado **Rafael Motta (PSB-RN)**, que isenta os universitários participantes dos programas Universidade para Todos (ProUni) e de Financiamento Estudantil (Fies) do pagamento de taxas administrativas das universidades. Perderá o direito à isenção quem ultrapassar o máximo de reprovações estabelecido pelo ProUni e pelo Fies. Segundo Motta, a crise econômica atual agravou o quadro do desemprego, comprometendo a renda familiar de muitos dos beneficiados. “A proposição nada mais faz que incentivar a permanência dos alunos na instituição, a partir da redução das suas despesas com trâmites internos”, disse.

### Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



#### Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

## Plenário

### Tadeu Alencar discursa sobre mudanças que o País deve enfrentar

O deputado pernambucano Tadeu Alencar (PSB-PE) subiu à tribuna da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (14), para falar dos problemas que o povo brasileiro enfrenta e as medidas urgentes que devem ser tomadas.

No discurso emocionado, o parlamentar citou o tempo de recessão econômica que o País vive, com regressão das atividades produtivas e mais de 12 milhões de desempregados. Lembrou que nas regiões mais pobres, como o Nordeste brasileiro, as consequências da crise econômica são ainda mais agudas, uma vez que apresentam os piores indicadores sociais e enfrentam os efeitos dramáticos de uma estiagem severa, pelo sexto ano consecutivo. “Os rebanhos foram dizimados, as pastagens devastadas, os açudes e barreiros secaram”, contou.

Para Tadeu Alencar é necessário a discussão sobre um novo pacto federativo “que prestigie a equânime distribuição dos recursos públicos, inclusive mirando o abrandamento das desigualdades regionais e



Tadeu destacou que o momento exige reflexão

que promova uma harmonização entre as responsabilidades a cargo dos entes federativos e suas respectivas fontes de custeio”.

Além disso, o deputado destacou as duas principais reformas que estão em discussão na Casa: a da previdência e a trabalhista. “Ambas com potencial de mexer fortemente com o interesse dos trabalhadores brasileiros, inclusive o trabalhador rural. Entendemos que a discussão é necessária a fim de conferir sustentabilidade ao sistema de previdência pú-

blica e privada e garantir que as gerações futuras recebam de nós um sistema racional e solvável”, disse Alencar.

“Mas a discussão deve ser serena, ouvindo todos os segmentos envolvidos a fim de que, em meio a tamanha crise, tenhamos a responsabilidade de ofertar soluções negociadas, construídas sem preconceitos e olhando sempre, de forma invariável, o que acode aos interesses do País”, completou.

O parlamentar lembrou a história do Partido Socialista Brasileiro, que sempre, que sempre esteve à frente das melhores causas do Brasil. “Vejo cada dia, com maior nitidez, a necessidade de manter as conquistas como a do equilíbrio fiscal, do saneamento das contas públicas, da inclusão, mas que se possa alcançar um equilíbrio fiscal dinâmico, onde os governos cumpram o seu papel de prover políticas públicas afirmativas em todas as áreas, mas, em especial, na educação, que é a chave principal para a resolução dos nossos crônicos problemas”, encerrou.

## Direito do consumidor

### PL prevê que empresas informem restrição da venda de produtos

O deputado federal Flavinho (PSB-SP) apresentou o Projeto de Lei nº 6810/2017, que altera a Lei nº 6863/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos para incluir a obrigação das empresas informarem aos consumidores quando houver a proibição da venda e recolhimento de seus produtos.

O parlamentar lembra que, em muitas vezes, a população não é avisada sobre a existência de produtos nocivos que tenham tido sua venda suspensa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa), responsável pela fiscalização. “O objetivo da proposta é obrigar as empresas que tenham a produção e venda de seus produtos suspensa, a arcarem com as despesas de publicidade, para que assim a população saiba da decisão da ANVISA, assim como, dos riscos à saúde caso consumam estes produtos”, explica.

O parlamentar cita como exemplo a intervenção da Anvisa, ocorrida em 2 de janeiro de 2016, que determinou o recolhimento de produtos farmacêuticos produzidos pela empresa Hypermarchas e que não teve nenhuma divulgação sobre este fato. “Nesta seara, este projeto de lei se



Flavinho lembra que consumidor nunca é avisado

torna importantíssimo, visto que é de suma importância avisar a sociedade se algum produto foi retirado de circulação”, completa.

## Comissões

# Socialistas integrarão a Comissão da Reforma Trabalhista

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista foi instalada nesta quinta-feira, (9) de fevereiro, com a eleição dos deputados federais Daniel Vilela (PMDB-GO) e Goulart (PSD-SP) para presidência e vice-presidência, respectivamente. Como relator foi designado o deputado Rógério Marinho (PSDB-RN). Os socialistas Átila Lira (PI) e Fábio Garcia (MT), atuarão como titulares da Comissão com os suplentes Danilo Cabral (PE) e Marinaldo Rosendo (PE).

Esta Comissão analisará o Projeto de Lei nº 6787/16, enviado pelo presidente Michel Temer, que estabelece 13 pontos que poderão ser negociados entre patrões e empregados e, em caso de acordo, passarão a ter força de lei. Um dos pontos é o que autoriza a formalização de uma jornada de trabalho de até 220 horas por mês e o parcelamento das férias em até três vezes, com pelo menos duas semanas consecutivas de trabalho entre uma dessas parcelas.



Google Imagens

Átila Lira falou sobre a importância da modernização das relações de trabalho e adiantou que será um debate difícil, porém necessário. “Em 1943, Juscelino Kubitschek foi percussor dessa legislação em uma época que a indústria representava mais de 40% do valor bruto de produção na economia, o restante era a agricultura e o serviço público era pouco representado. Hoje representa mais de 70% da ocupação de trabalho no País, portanto essa legislação precisa ser atualizada para darmos flexibilidade nas relações que a economia exige”, disse.

### Veja o que o Governo propõe:

- 1- Parcelamento das férias em até três vezes, com pelo menos duas semanas consecutivas de trabalho entre uma dessas parcelas;
- 2- Pactuação do limite de 220 horas na jornada mensal
- 3- O direito, se acordado, à participação nos lucros e resultados da empresa;
- 4- O tempo gasto no percurso para se chegar ao local de trabalho e no retorno para casa;
- 5- O estabelecimento de intervalo durante a jornada de trabalho com no mínimo 30 minutos;
- 6- Dispor sobre a extensão dos efeitos de uma norma mesmo após o seu prazo de validade;
- 7- Ingresso no programa de seguro-emprego;
- 8- Estabelecimento de plano de cargos e salários;
- 9- Regulamento empresarial;
- 10- Formação de banco de horas, sendo garantida a conversão da hora que exceder a jornada normal com acréscimo mínimo de 50%;
- 11- Trabalho remoto;
- 12- Remuneração por produtividade;
- 13- Registro da jornada de trabalho.

■ Com G1

## Câmara instala Comissão Especial da Reforma da Previdência

A Câmara dos Deputados instalou, na quinta-feira (9), a Comissão Especial que tratará da Reforma da Previdência. O colegiado analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/16 enviada à Câmara, pelo Governo Federal, no final do último ano.

São membros da Comissão os socialistas Bebeto Galvão (BA) e Heitor Schuch (RS), como titulares. Adilton Sachetti (MT) e Maria Helena (RO) vão trabalhar como suplentes. Foi eleito presidente o deputado federal Carlos Marum (PMDB-MS) e relator o deputado federal Arthur Maia (PPS-BA).

Para a líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), é prioridade do Partido participar ativamente e de maneira responsável da reforma da Previdência. “A Casa precisa es-

tar atenta à fase que o País vive. Temos que debater esta reforma de maneira responsável, entendendo que se não for feita pode levar o País a problemas ainda mais sérios. E cuidando também para que trabalhadores não percam seus direitos”, argumentou. A socialista participou ainda de reunião da bancada ruralista com o secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, que apresentou os principais pontos da reforma.

A PEC estabelece que o trabalhador precisa atingir a idade mínima de 65 anos e ter pelo menos 25 anos de contribuição para poder se aposentar. Nesse caso, ele receberá 76% do valor da aposentadoria, o que corresponderá a 51% da média de salários de contribuição, acrescidos de 1 ponto percentual desta média para cada ano de

Gilmar Felix/Câmara dos Deputados



Após aprovação a matéria seguirá para o Plenário contribuição. Os aposentados não serão afetados pela reforma porque já têm o direito adquirido.

■ Com EBC